



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN**

**Processo:** 08595347520198205001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEXSANDRO BASILIO DE GOIS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA	
<b>Data da análise:</b>	11/10/2018
<b>Valoração do IML:</b>	0
<b>Perícia médica:</b>	Não
<b>Diagnóstico:</b>	FRATURA DO PLATÔ TIBIAL DIREITO.
<b>Resultados terapêuticos:</b>	TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSÍNTESE COM PLACA E PARAFUSOS.
<b>Sequelas permanentes:</b>	
<b>Sequelas:</b>	Sem sequela
<b>Conduta mantida:</b>	
<b>Quantificação das sequelas:</b>	
<b>Documentos complementares:</b>	
<b>Observações:</b>	CONFORME RELATÓRIO MÉDICO DATADO EM 17/07/2018 ASSINADO PELO MÉDICO CARLOS CARMO - INFORMADO QUE A VÍTIMA SE ENCONTRA EM TRATAMENTO. NOS DOCUMENTOS MÉDICOS PRESENTES NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. VÍTIMA EM TRATAMENTO CONFORME DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA.

Percebe-se na perícia ora impugnada, que a conclusão do perito judicial, divergiam no que diz respeito à existência de lesão indenizável.

Ocorre que, não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 26 de março de 2020.

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**